NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 14/08/2013 - Edição 877

Bandos levam R$ 12 milhões e fazem refém em 8 dos 9 roubos a carro-forte

Vigilantes das empresas de transporte de valores, na Região Metropolitana de Campinas (RMC), foram feitos reféns ou tiveram familiares sequestrados em 8 dos 9 assaltos a carros-fortes registrados entre janeiro e agosto deste ano, e os roubos somam R$ 12 milhões.

"A gente passa a recomendação para que eles se preocupem ao chegar em casa ou sair do trabalho, e manter contato com a família", afirmou o diretor do SindForte, Cláudio Lima. Segundo a Polícia Civil, as quadrilhas levaram R$ 12 milhões nas ações. Oito casos são apurados pela Delegacia de Investigações Gerais (DIG), em Campinas.

Medo constante

Ilustração: Família de vigilantes mantida em cativeiro

Uma tentativa de assalto a carro-forte foi encerrada, na manhã desta terça-feira (13), após a familia de um vigilante de Hortolândia ser mantida em cativeiro por 13 horas. Criminosos sequestraram a mulher, dois filhos dele e a cunhada do funcionário. Ninguém ficou ferido.

Segundo a polícia, o funcionário chegou a sair com o veículo, mas os companheiros seguiram os procedimentos de segurança e ajudaram a evitar o roubo. A família foi libertada e prestou depoimentos na DIG durante o período da tarde, mas a polícia não revelou detalhes sobre o caso.

Em nota, a Prosegur informou em que a ação criminosa não teve êxito e está à disposição da polícia para ajudar nas investigações, com o objetivo de identificar os responsáveis pelo ato.

Medidas necessárias

Para o especialista em segurança Osvaldo Missio, cabe às empresas que transportam valores criar formas de proteger funcionários e seus familiares. "Elas precisam ver que o colaborador é importante para que o serviço funcione. Outro fator é um acompanhamento desses profissionais com mais rigor e assim não fiquem expostos", criticou.

Fonte: G1

MPT quer ouvir Governo, sindicatos e empresas sobre demissão de vigilantes

Em reunião: Procurador-Chefe Substituto Fabrício Gonçalves de Oliveira, da Procuradoria Regional do Trabalho na 14ª Região, com o presidente da Casa de Leis, Hermínio Coelho, parlamentares, representantes dos Sindicatos dos Vigilantes e das Empresas de Vigilância no Estado

Executivo não mandou representantes para reunião com Procurador do Trabalho na Assembleia Legislativa

Na manhã desta segunda-feira (12) o Procurador-Chefe Substituto Fabrício Gonçalves de Oliveira, da Procuradoria Regional do Trabalho na 14ª Região, participou na Assembleia Legislativa de Rondônia de uma reunião com o presidente da Casa de Leis, Hermínio Coelho, parlamentares, representantes dos Sindicatos dos Vigilantes e das Empresas de Vigilância no Estado, e de três empresas contratadas pelo Governo (Rocha, Impactual e Colúmbia) para fornecer o serviço de vigilância nas escolas da rede estadual em vários municípios de Rondônia.

O objetivo da reunião foi discutir os danos que a demissão estimada de 2,500 vigilantes pode causar à sociedade. As rescisões contratuais, considerando os familiares, devem atingir mais de 10 mil pessoas, causando significativo impacto na economia local, inclusive, conforme observação realizada pelo Procurador Fabrício Oliveira. Preocupa o Procurador do Trabalho o fato de que a demissão coletiva afetará famílias com até mais de um membro com vínculo empregatício nas empresas terceirizadas, como foi mencionado por sindicalistas e empresários, citando como exemplos casos em que pai e filho e marido e esposa têm como fonte de renda o emprego de vigilante.

Considerando que na reunião não havia representantes do Executivo estadual para ouvir as ponderações das partes atingidas com a medida anunciada pelo Governo, o Procurador-Chefe Substituto da Regional do MPT em Rondônia, Fabrício Oliveira, pretende ouvir também representantes do Executivo e anunciou que vai realizar uma audiência de mediação na sede da Procuradoria Regional do Trabalho, ainda nesta semana, com esta finalidade. Além do Executivo Estatual, a audiência, de cunho conciliatório, terá a presença dos representantes das empresas terceirizadas e dos sindicatos.

Ao Procurador do Trabalho Fabrício Oliveira, empresários e sindicalistas presentes na Assembleia Legislativa disseram que o Estado mantém contratos, inclusive atualizados, de prestação de serviço de vigilância para outros setores da administração pública estadual, mas não deseja "manter o emprego de 2.500 trabalhadores", que são responsáveis pela segurança de centenas de professores e milhares de alunos e pelo zelo do patrimônio público.

Por sua vez, os parlamentares presentes à reunião disseram ao procurador-chefe substituto do MPT em Rondônia que o chefe da Casa Civil do Governo e representantes da Procuradoria-Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Educação irão ser formalmente convocados para tratar das demissões, devendo a reunião ser realizada na manhã da próxima quinta-feira, na Assembleia Legislativa.

Fonte: Rondônia Agora

CUTistas pressionam e arrancam adiamento da votação

Sindicalista protestam na Câmara contra o PL 4330

Centenas de militantes CUTistas de Brasília e vindos em caravanas de todo o país ocuparam, nesta terça-feira (13), a Câmara dos Deputados para dizerem NÃO AO PL 4330. Graças à mobilização e à pressão dos trabalhadores, parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) recuaram e a votação do Projeto de Lei 4330 da Escravidão foi adiada para 3 de setembro.

Mesmo assim, ninguém vai arredar pé do acampamento montado no gramado da Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional. Afinal,

embora os parlamentares tenham dito que não votarão o PL também nesta quarta (14), ninguém quer correr o risco de uma surpresa por parte da bancada patronal que tem todo interesse em forçar a votação em qualquer momento, conforme alertaram dirigentes da CUT. Assim, os militantes e dirigentes seguirão visitando os parlamentares nesta quarta, na Câmara, e cobrando posição contrária ao projeto que rouba direitos e conquistas de todos os trabalhadores.

"Projeto de Lei que nasce errado, não merece remendo. Que retirem já esse PL da escravidão da pauta", discursou o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

Caracterizados pelas camisetas vermelhas com o nome da Central, os manifestantes foram chegando à Câmara desde cedo. Entraram pelos acessos possíveis, uma vez que os de maior visibilidade, como a do Anexo II, contavam com a barreira da polícia legislativa. O bloqueio só cedeu no meio da tarde após os gritos de "a Casa é do povo! O povo quer entrar".

Na porta do Plenário 1, onde a CCJ se reuniu, a pressão continuou até que a entrada da área também foi liberada. Com o Plenário lotado, placas e cartazes apresentavam a reivindicação dos manifestantes, que gritaram em coro "bandido" ao ouvirem o anúncio do nome do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), autor do PL 4330, que promove o maior roubo de direitos da classe trabalhadora.

Para acalmar os ânimos dos trabalhadores, o presidente da Comissão, Décio Lima (PT-SC), informou que o projeto não estava na pauta desta terça-feira (13) e nem na de quarta (14). Entretanto, o parlamentar alertou que o PL poderia vir à votação por requerimento, com prazo de apresentação de até 15 minutos antes da reunião de amanhã. Foi sugerido então que se fizesse um acordo de bancadas para assegurar que o PL não entrasse na pauta da CCJ nesta quarta e fosse adiada a votação para setembro.

Os manifestantes da CUT se reuniram, no início da noite, diante da tenda da CUT no gramado da Esplanada dos Ministérios, quando dirigentes e parlamentares (ex-dirigentes da CUT) falaram aos militantes sobre o adiamento e sobre o nefasto PL da Escravidão:

Vagner Freitas, presidente da CUT: "O PL é nocivo porque os empresários querem por meio dele cometer atrocidades aos direitos dos trabalhadores. E também porque quer promover uma mini-reforma sindical para dificultar e enfraquecer a organização dos trabalhadores na luta por seus direitos contra os patrões."

Maria das Graças Costa, secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT: "Vamos tirar essa pauta negativa da Câmara e transformar esse espaço para pautas positivas dos trabalhadores. Não vamos deixar votar esse projeto na CCJ nem na Plenária da Câmara. Queremos dizer não ao PL 4330 que é prejudicial aos trabalhadores."

Vicentinho, deputado federal pelo PT-SP: "O objetivo tem de ser o de sepultar o projeto de lei 4330, do empresário Sandro Mabel, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Hoje, podemos ganhar ou perder por dois votos na CCJ. Por isso, é necessário reforçar a pressão sobre os deputados da CCJ. Não é hora de pressionar todos parlamentares indistintamente. Precisamos montar delegações em cada estado e visitar os deputados em sua casa para pressionar e derrubar o projeto."

João Paulo Lima, deputado federal pelo PT-PE e membro da CCJ : "O PL 4330 é nocivo porque promove a precarização e a escravização do trabalhador brasileiro. É importante a pressão sobre os parlamentares até o dia 3, para não permitir uma derrota nossa. Vamos colocar o PL no seu devido lugar, que é o seu arquivamento. A bancada do PT já se posicionou contrária ao projeto."

Fonte: CUT Brasília

Foto: Lucio Bernardo Jr

CUT ocupou a CCJC e deu o recado

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF